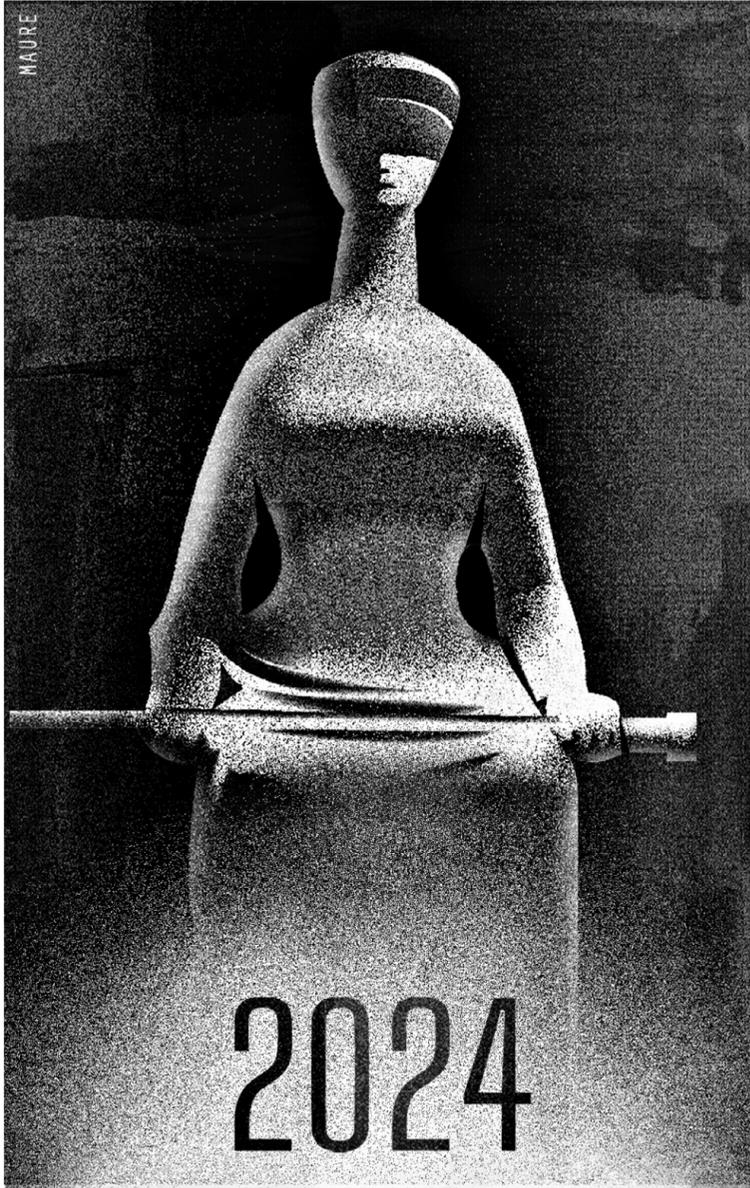


Desafios e esperanças de 2024

» LUIZ EDSON FACHIN

Professor do Ceub, ministro do STF. Alma mater: UFPR



Inicia-se um novo período anual de afazeres no Judiciário brasileiro. Desafios e esperanças se mesclam em direção ao que se almeja. É o porvir a sentinela do horizonte, como o denominou Paul Ricoeur. Tem utilidade destacar, nesse princípio, algumas reflexões, apreensões e perspectivas.

Sabemos que a realização da justiça em si não pode ser uma mera representação abstrata; essa tarefa é profundamente humana, devendo ser fecunda, fonte de potência e de eficácia. O termo “humano” se enlaça com humus, terra; estar rente ao chão, à vida, ao que é próprio da humanidade.

Há uma grande responsabilidade para assumir-se dentro da história, e não da metafísica. A jurisdição é a expressão de uma ética concreta, que se realiza na história que vivenciamos, das situações que acontecem, enfim, simplesmente, do mundo dos fatos, fotografados pela legalidade constitucional. Na jurisdição, o dizer é mesmo um modo de fazer, como se cada palavra fosse uma ação (como escreveu John Austin).

São intoxicantes tanto a temerária leitura política dos fatos jurídicos quanto a rasa leitura politizada das decisões judiciais. Cumprir ao direito o que é do direito. Sem censura, com plena liberdade, no convívio com o dissenso e com as diferenças, ao lado da independência e harmonia entre os Poderes. Nada (e ninguém) pode capturar e servir-se do Poder Judiciário. Onde sobra poder falta justiça. Sem embargo, é sabido existir, na concretude das relações sociais, uma zona cinzenta de fronteira entre direito e política, propícia à instalação de conflitos.

O caminho demanda viver segundo a justiça e não vergando ao poder. Bem-aventurados aqueles que têm fome e sede de justiça, proclama o Evangelho praticado pelo papa Francisco, cujas lições sempre estão densamente preocupadas com a humanidade, a paz, a diversidade e a tolerância. Bem assim com os pés no chão, a obra jurisdicional não é a da mera especulação teórica e, sim, diretamente, daquilo que sabe às pessoas de carne e osso. É o Judiciário, ciente da responsabilidade que o reveste, um sistema de peritos, juízes e juízas capazes de adjudicar estabilidade, segurança e ordenação, matéria-prima da confiança nas instituições da esfera pública, da sociedade civil e do Estado Democrático de Direito.

Das erosões, resíduos ou anomalias no desempenho desse múnus, advém mesmo crises e transformações presentemente experimentadas. É certo que há perguntas e controvérsias interpelantes; problemas complexos não desaparecem com soluções simples, escreveu a professora Letícia Cesarino, e nada justifica que se jogue na sarjeta o melhor e o mais importante: uma missão humana, imperativa.

Para tanto, as garantias da magistratura, a imparcialidade e a independência, estão na ordem do agir. A confiança está fundada na capacidade de captar a realidade e produzir decisões, à luz da lei, que traduzam respostas adequadas, iluminadas pela proteção dos direitos humanos e fundamentais. E o conduto

dessas respostas é, por definição, o processo justo e transparente.

É certo que bondade, firmeza e misericórdia também são atributos para quem lida, incessantemente, com as enfermidades da vida social, com os litígios, com as desgraças humanas que se tornam autos de um processo. Nada obstante, juízas e juízes não devem ser satélites da polarização calcificada que assola a vida contemporânea, tampouco artífices do mundo político-partidário.

Que 2024 termine nutrido mais por alentos.

E que o porvir nos legue uma configuração sócio-histórica com maior confiança num futuro comum, com mediações suficientes para consensos minimamente estáveis e que consigamos nos afastar do limiar de exaustão.

Para tanto, é dever interrogante o atuar com desembaraço para preservar o direito, as instituições e os valores da legalidade constitucional democrática, gerando ao mesmo tempo esperança, confiança e legitimidade. O futuro, em breve, será testemunha da resposta a ser construída.

Expertise brasileira no desenvolvimento da agricultura espacial

» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES

Pesquisador da Embrapa Agroenergia

Em um mundo em que as preocupações terrenas parecem sufocar nossos horizontes, programas de exploração espacial podem parecer um luxo desnecessário para alguns. No entanto, é precisamente nos confins do cosmos que encontramos não apenas desafios intrigantes, mas também possibilidades de superação de desafios aqui na Terra. Ao avançarmos em direção às estrelas, desafiamo-nos a repensar limites, o que proporciona terreno fértil para a criatividade e a inovação.

Remontando ao Programa Apollo, conduzido pela agência espacial norte-americana, a Nasa, percebemos os frutos duradouros que a exploração espacial pode gerar. Suas conquistas não apenas abriram novos horizontes no espaço, mas também catalisaram avanços científicos que estimularam o desenvolvimento tecnológico aqui na Terra. Das tecnologias de comunicação aos novos materiais e às descobertas médicas, as sementes plantadas na corrida lunar floresceram em inovações que moldaram nosso cotidiano.

O sucesso das missões Apollo inspirou muitos jovens a seguir carreiras na ciência e na engenharia. Foguetes mais potentes, cápsulas espaciais mais seguras e sistemas de navegação e comunicação mais avançados inspiraram o desenvolvimento de inúmeros produtos e serviços, como os satélites de comunicação, os GPS e os computadores pessoais.

Essa influência continua a reverberar em inovações cotidianas, destacando o impacto duradouro da exploração espacial na nossa qualidade de vida.

Desde 2017, a Nasa vem escrevendo um capítulo ainda mais inovador da exploração espacial, visando levar astronautas de volta à Lua e estabelecer uma presença humana permanente no satélite. O programa é nomeado em homenagem à deusa grega da Lua, Artemis, e prevê missões de exploração científica e de desenvolvimento de uma base lunar permanente. A partir daí, serão desenvolvidas tecnologias e capacidade para a exploração de Marte e outros planetas no futuro.

Ao formalizar sua adesão ao Acordo Artemis em 2021, o Brasil uniu-se a outros 21 países comprometidos com o programa. Dentro dessa aliança internacional, o país destaca-se pelo interesse especial no desenvolvimento de tecnologias destinadas à agricultura espacial. Essa iniciativa visa garantir um suprimento estável de alimentos para os astronautas, enfrentando desafios científicos e tecnológicos notavelmente complexos.

A capacidade demonstrada pela agricultura brasileira de enfrentar com sucesso as condições desfavoráveis dos trópicos, como solos pobres e estresses ambientais extremos, é um atrativo para o consórcio. A experiência brasileira poderá ser valiosa para o desenvolvimento de práticas de produção compatíveis com os ambientes desafiadores que predominam no espaço.

Uma rede de pesquisa, com o suporte da Agência Espacial Brasileira (AEB) e liderança da Embrapa, foi estabelecida, envolvendo 12 instituições e mais de 30 pesquisadores unidos por um objetivo comum: inovar na produção de alimentos em ambientes extraterrestres. Essa rede já está empenhada no desenvolvimento de sistemas de produção adaptáveis ao espaço, buscando soluções para desafios complexos que cientistas e engenheiros precisam enfrentar para garantir a produção de alimentos em condições de elevada radiação, baixa gravidade e ausência de solo.

Um dos principais desafios será a escolha de espécies capazes de produzir alimentos em condições extremas no espaço. De início, os pesquisadores optaram por desenvolver sistemas-piloto priorizando duas espécies: batata-doce e grão-de-bico. A escolha foi baseada em adaptabilidade a condições adversas e na capacidade de atender às necessidades dietéticas dos astronautas em ambientes extraterrestres.

As duas espécies têm ciclos relativamente curtos e histórico de adaptação a estresses e a diversos sistemas de cultivo. Enquanto a batata-doce fornece carboidratos, vitaminas e antioxidantes, o grão-de-bico contribui com proteínas de alta qualidade, essenciais para a manutenção da saúde muscular e do sistema imunológico. Essa combinação equilibrada atende a necessidades dietéticas e ajuda a evitar deficiências nutricionais durante missões espaciais prolongadas.

Uma das expectativas da rede de pesquisa brasileira é de que o desenvolvimento da agricultura espacial inspire também inovações para a agricultura aqui na superfície terrestre, cada vez mais desafiada pela crise climática. Avanços que poderão também gerar crescimento econômico, com novas oportunidades de negócios e empregos. Ao impulsionar a indústria aeroespacial, o Brasil contribuirá não apenas para a expansão da fronteira espacial, mas também fortalecerá sua capacidade de participar da nova economia baseada no espaço, que deverá ganhar grande impulso nas próximas décadas.

Pela sua concepção, o programa Artemis indica que não estamos indo para o espaço sideral apenas para visitar — e, sim, para colonizar. Ao desempenhar um papel significativo nessa missão, o Brasil não apenas se integra à comunidade global de exploração espacial, mas se torna participante ativo de um movimento ousado rumo a inovações que transcendem as fronteiras que conhecemos. Esse caminho catalisará ciência, tecnologia e competências, elevando o Brasil ao patamar de nações engajadas na busca de futuros audaciosos na exploração espacial com consequências positivas aqui na Terra.

O Congresso tomou conta do país

» SACHA CALMON

Advogado

Sabemos que, nos Estados Unidos, existem muitos partidos, mas só dois valem: o Democrata e o Republicano, este mais conservador. Lá, o regime de governo é presidencialista, como o nosso. Na Europa, prevalece o parlamentarismo, com três ou quatro partidos representativos e programas bem definidos perante os eleitores.

Em ambos os casos, temos democracias perfeitas, livres do “populismo”, do “líder carismático” e dos “demagogos”. Essas odiosas figuras de líder tornam as democracias imperfeitas, como ocorreu na Rússia de Putin e no Brasil com Jair Bolsonaro, de pouca leitura.

Os 7 de setembro eram sempre de discursos antidemocráticos, que tocaram boa parte do povo, mas não lograram atrair as Forças Armadas, já vacinadas com o desgaste dos generais-presidentes (Castelo Branco; Costa e Silva e sua mulher esperta e mandona, a fazer “negocinhos”; Emílio Médici, o mais honesto e popular, embora desrespeitador dos direitos humanos; Ernesto Geisel, sério e responsável; e João Figueiredo, o qual, embora ditador castrense, jurou “fazer deste país uma democracia” e realmente cumpriu a promessa).

Figueiredo, em vez de impor outro general, permitiu e acatou que o Congresso Nacional elege-se Tancredo Neves, velha raposa política de Minas Gerais que, infelizmente, morreu antes da posse. O seu vice era José de Ribamar (Sarney). Aceitou o mister, foi empossado e governou cinco anos o país (a chamada redemocratização). Seu governo, pleno de dificuldades, foi respeitado pelas Forças Armadas, em que pese uns três incidentes — entre eles, o protagonizado pelo tenente Jair Messias Bolsonaro,

que queria melar os festejos democráticos do povo brasileiro (e que mataria pessoas e suscitaria uma ideia de anarquia no país. Foi a mesma razão que organizou o 8 de janeiro).

Desde aquela época, Bolsonaro era político de direita. Foi empurrado a sair do Exército passando para a reserva com o posto de capitão, tendo sido deputado pouco tempo depois, na Baixada Fluminense, pelo Rio de Janeiro (seis vezes). Noutras palavras, por décadas.

Após o “convite” para sair do Exército Nacional, encaminhou os filhos para a vida política e fez carreira na Baixada Fluminense, o que lhe rendeu o apelido de “miliciano” (grupos que extorquiam, e ainda o fazem, a população da periferia do Rio de Janeiro em troca de lhe garantir “segurança”). Fato é que a família é rica, só usa dinheiro vivo nos negócios. Até que ponto são verdadeiros esses fatos, não se sabe.

O problema é o Legislativo. Os partidos, mais que 14, sem programa nem tradição, detêm o poder de fazer leis e aprovar “medidas provisórias” do Executivo nacional. Aqui, na relação entre o Executivo e o Legislativo, reside o nó górdio da política nacional, e nenhum presidente, seja Bolsonaro, seja Lula, os mais recentes, não deveria aceitar (pedidos de cargos e verbas do Centrão para poderem governar).

Bolsonaro deu ao Congresso Nacional a chave do cofre, enquanto inquietava o país com falas golpistas a cada 7 de setembro do seu governo, cooptando a classe média do país (pelo menos 70% dela). Agora, Lula tem que satisfazer os interesses do Centrão para governar — os parlamentares dizem que, sem suas emendas

impositivas, não podem levar a suas base, ponte, escola, estrada, posto de saúde...

Com o dinheiro público, benesses às suas bases eleitorais distorceram o jogo político. Isso se move diferentemente nos EUA, nosso modelo do Estado (presidencialismo, democracia, federação, separação de poderes, eleições periódicas). Nosso direito não vem da common law (lei comum), em grande parte transferida da Inglaterra para as suas 13 colônias na América. Vem do direito continental europeu formado sob a influência do direito romano. Contudo, em termos de organização, equilíbrio e funções do Estado, copiamos, na íntegra, o modelo dos Estados Unidos, o criador do regime presidencialista de governo.

Interessa-me o papel das Forças Armadas, cujo lugar é o quartel profissional. Bolsonaro manteve sistemático e abusivo uso do povo evangélico para seus designios. Profetizava a ideia de que era o bem contra o mal (seus adversários). Com isso, conspurcou os templos religiosos não católicos, como se fosse um tipo redentor e reformador da política (aliás, sempre viveu da política).

Atualmente, está à volta das vendas de joias ganhas como presidente, e não como pessoa, que tinham de ser integradas ao acervo presidencial, segundo a lei, mas não são apenas os estojos da Arábia Saudita. A imprensa tem falado em 18 peças diferentes (que diferença de JK e de FHC). Trata-se de crime de peculato (furto de bens públicos). O que incomoda as Forças Armadas é ver generais e um coronel envolvidos nas tramações largamente mencionadas pela imprensa do país, além de outros atores militares em serviço ativo, em desvio de função!